

Uma segunda chance para o Brasil e para o Fundo Monetário Internacional

JOSEPH E. STIGLITZ

The New York Times

O mundo está esperando para ver como o mercado julgará o Brasil e se o pacote do FMI recolocará o País nos eixos.

Seria insensato tentar fazer previsões sobre um mercado global que tem demonstrado inclinação pelo pessimismo exagerado. Mas aqueles que acompanham de perto os números e a política são praticamente unânimes: não há motivo para o Brasil entrar em colapso. Os Estados Unidos têm todas as razões para torcer para que isso não aconteça.

Nos últimos anos, o Brasil construiu uma democracia vigorosa com uma economia forte. Há opiniões divergentes, mas um amplo consenso sobre as questões-chaves prevalece no País, incluindo todos os principais candidatos da eleição presidencial de outubro. Há consenso, por exemplo, a respeito de sólidas políticas fiscal e monetária: ninguém quer voltar à hiperinflação de décadas passadas. A política monetária tem sido conduzida extraordinariamente bem por Arminio Fraga, e a capacidade analítica de sua equipe está à altura das dos bancos dos países altamente desenvolvidos.

Também se concorda que, embora os mercados estejam no centro de uma economia bem-sucedida, há um importante papel a ser desempenhado pelo Estado. Por exemplo, o governo brasileiro dirigiu uma das mais bem-sucedidas privatizações de telecomunicações.

Diferentemente dos EUA, que responderam a uma crise energética deixando que as forças do mercado (e companhias como a Enron) tratassem do assunto, o Brasil agiu com firmeza para combater seus próprios problemas no setor, na mesma época. Como americano, assisti com inveja.

O Brasil pode ser chamado de mercado emergente, mas tem instituições financeiras, educacionais e de pesquisa de primeira linha. Discussões sobre economia em São Paulo são tão sofisticadas quanto em Nova York. Seminários em universidades no Rio são tão animados como em Cambridge, Massachusetts, ou Cambridge, Inglaterra. O Brasil produz um dos melhores aviões do mundo, tão bom que concorrentes de países mais industrializados tentaram levantar barreiras comerciais contra ele.

O Brasil tem uma grande fraqueza: um alto grau de desigualdade de renda. Mas mesmo aqui, e ao contrário de muitos outros países, o problema é reconhecido. Há consenso supra-partidário de que é preciso tratar da questão. Todos concordam que a educação é a chave, e o progresso obtido é impressionante: há dez anos, 20% das crianças em idade escolar não frequentavam a escola; hoje apenas 3% não estudam. De modo similar, trabalhadores rurais sem-terra são um grave problema econômico e social, mas há acordo entre a esquerda e

a direita sobre a necessidade de promover a reforma agrária. O Brasil também enfrentou a epidemia de aids com determinação. Em resumo, o Brasil abriu para si mesmo um caminho que não se baseia na ideologia ou na economia simplista. Trilhando com sucesso seu próprio curso, o Brasil criou um amplo consenso por trás de uma economia de mercado balanceada e democrática.

Os críticos do novo empréstimo do FMI podem apontar para a notável lista de fracassos do órgão em anos recentes: Tailândia, Indonésia, Coréia, Rússia, Brasil (1998) e Argentina. Por que, perguntam eles, o Brasil deveria ser diferente em 2002? Há razões de sobra. O Brasil, hoje, tem um sistema de câmbio flexível com uma moeda subvalorizada. A Argentina mantinha

o câmbio fixo e uma moeda supervalorizada. Os investidores sabiam que isso não poderia se sustentar e pediram juros altos para compensar: foi uma questão de tempo para que o sistema entrasse em colapso.

A Argentina conseguiu recolher em impostos apenas 15% do PIB; o Brasil arrecadou 30%. Ou considerem a Rússia, que tinha o que Jeffrey Sachs chamava de "os piores funcionários de banco central do mundo". Iniciativas do BC brasileiro para aumentar a abertura são um modelo para os bancos centrais. Além disso, ao contrário da maioria dos outros pacotes do FMI – que insistiram em políticas monetárias e fiscais restritivas que enfraqueceram a economia –, neste caso o órgão apenas exigiu a continuidade das atuais políticas, visando um superávit primário de 3,75%. Seria melhor se eles tivessem estabelecido um objetivo ajustável periodicamente, o que seria mais flexível e portanto aumentaria a estabilidade e a confiança.

Se os mercados entenderem a situação no Brasil, as taxas de juros e câmbio deverão se ajustar para refletir esta compreensão e, com estes ajustes, o País não deverá ter dificuldade para honrar seus compromissos. Sendo assim, seria do interesse de todos, não importando suas posições políticas, ver os compromissos de dívida brasileiros sendo cumpridos.

Muito está em jogo: dizia-se que o fracasso do resgate da Argentina seria a última pedra no túmulo da estratégia das grandes operações de salvamento. Evidentemente, aqueles que pensaram assim estavam errados.

Mas um fracasso no Brasil certamente poria essa estratégia ainda mais em dúvida e enfraqueceria ainda mais a credibilidade do FMI. O *Financial Times* pode ter exagerado apenas um pouco ao insinuar que o FMI "apostou todas as fichas" no Brasil. Certamente um fracasso daria mais crédito aos argumentos daqueles que, como George Soros e eu, vêem falhas fundamentais na atual arquitetura financeira global.

Em todo caso, a continuação da instabilidade que espreita os mercados emergentes ao redor do mundo – mesmo aqueles com políticas econômicas aparentemente sólidas – deveria reanimar a determinação para entender por que o sistema financeiro global está tão deficiente.

Na América Latina, os efeitos de um fracasso no Brasil provavelmente seriam profundos. Já há uma desilusão na região com o FMI e as chamadas reformas de mercado dos anos 80. A questão se repete continuamente: se os estudantes nota dez como a Argentina e o Brasil podem falhar, o que nos espera? A inquietação é reforçada pelos números. O crescimento do início dos anos 90 parece ter sido nada mais que um breve interlúdio entre a década perdida dos 80 e a nova meia década perdida, quando a renda per capita começou a declinar.

O crescimento da década de 90 inteira é apenas um pouco mais que a metade do crescimento registrado no período pré-reformas dos anos 50, 60 e 70. Mesmo quando e onde houve crescimento, os frutos foram desproporcionalmente parar nas mãos dos ricos, com muitos no lado de baixo na verdade ficando em situação ainda pior. Através da região há uma nova sensação de insegurança.

Há ainda uma intensificada sensação de ressentimento com a hipocrisia americana: a retórica do livre comércio combinada com barreiras comerciais reforçadas. Esta questão relaciona-se com a da política do FMI, moldada em grande parte pelos Estados Unidos. É difícil lidar com uma grande potência que é ao mesmo tempo mestre e aluno negligente.

Mas pode ser que a recente experiência dos Estados Unidos erigindo barreiras para o aço mostre indiretamente um caminho. A administração Bush invocou provisões de emergência nas regras da Organização Mundial do Comércio para permitir a proteção temporária de parte do aço americano contra a concorrência estrangeira. Não poderia haver

algo similar para países cujas economias mergulham em crises repentinas? Se mercados maiores pudessem se abrir temporariamente a um país que enfrentasse grandes

dificuldades, seguindo um acordo bilateral de livre comércio de emergência, o custo seria menor que o de um resgate tradicional, e o impacto, possivelmente maior.

Nas Américas, certamente, algo como a redução de tarifas em caráter de emergência traria enorme benefício político e econômico para toda a região – uma política de boa vizinhança para uma nova era. E isto poderia nos ajudar a abandonar essas batalhas em torno de empréstimos internacionais e políticas fiscais e monetárias, que se tornaram muito frequentes e por demais caras, para o credor e para o que toma emprestado.

■ Joseph Stiglitz é Prêmio Nobel de Economia em 2001

O País tem instituições financeiras, educacionais e de pesquisa de primeira linha

Precisamos entender por que o sistema financeiro global está tão deficiente